



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 45ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos**

Goiânia-GO, 17 de maio de 2004

Meus queridos e queridas companheiras do estado de Goiás e da cidade de Goiânia,

Meu querido amigo, governador do estado de Goiás, Marconi Perillo. Governador que embora não seja do meu partido, tem dado uma demonstração extraordinária de lealdade, de parceria, em todos os momentos que precisamos da sua atuação, junto com o nosso querido governador Ronaldo Lessa, do estado de Alagoas. Embora os dois pertençam a partidos diferentes, eu, de vez em quando, penso que nós estamos no mesmo partido. Se não estamos no mesmo partido, por conta da diferença de legenda, certamente estamos no mesmo partido chamado Brasil, e nós queremos ajudar a resolver o problema do nosso país.

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu querido companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais,

Minha querida companheira Matilde Ribeiro, secretária de Promoção da Igualdade Racial,

Meu querido companheiro, não sei se é possível falar assim de um ministro do Supremo Tribunal Federal, mas como fui eu quem o indiquei para o



Supremo, eu posso dizer meu companheiro. Eu o conheço há muito e nem sabia que ele tinha o Aires, só o conhecia por Carlos Brito, então, meu companheiro Carlos Brito, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meu querido companheiro Pedro Wilson, que deve ter feito alguma encomenda aí para o Marcelo Déda e para o Perillo falarem tão bem dele aqui, nesse microfone,

Meu querido companheiro Marcelo Déda... eu espero, Kátia, que você seja mais delicada comigo do que foi o Marcelo Déda, porque ele, embora seja um menino perto mim e embora sejamos compadres, foi muito duro comigo na reunião de prefeitos. E eu espero que você seja dura, mas sem perder a ternura, como ele muitas vezes perdeu,

Meu querido Paulo Ziulkoski, prefeito de Mariana Pimentel e presidente da Confederação Nacional de Municípios,

Meu querido companheiro José do Carmo, prefeito de Cambé, e presidente da Associação Brasileira de Municípios,

Meu querido amigo e companheiro Maguito Vilela, senador da República pelo estado de Goiás,

Quando a gente fala de gente importante, a gente fala de deputados, mas ali na frente governador, tem uma figura chamada Delúzio Soares, de importância extraordinária no PT,

Meus queridos prefeitos das cidades e prefeitas,

Meus companheiros prefeitos e prefeitas das capitais, com quem tive o prazer de ter uma boa e profícua reunião,

Meus companheiros deputados federais Pedro Chaves, Sandes Júnior, Leandro Vilela, Neide Aparecida, Jackson Barreto e o companheiro Enio Tatício,

Meus companheiros deputados estaduais, vereadores, secretários de estados, secretários municipais, secretárias,

Meus companheiros e minhas companheiras,



Eu tinha até pensado, Marcelo Déda, em pedir para você, no final daquela reunião para eu não vir na abertura, porque precisava voltar mais cedo para Brasília, porque a vida é dura, então é preciso trabalhar muito.

Mas eu também não poderia deixar de participar do momento mais importante, sobretudo eu que não tenho eleição agora, não estou disputando nada, a gente fica mais à vontade do que quem está disputando neste momento.

Eu quero dizer a vocês que para mim é muito difícil fazer algumas brincadeiras porque eu começo a quebrar a liturgia do poder, a liturgia é uma coisa importante, mas eu nasci assim, eu vivi assim, eu sou presidente por um mandato determinado e eu quero ser amigo de vocês para sempre. Então, eu acho que não tenho que ter nenhuma preocupação com o ritual, obviamente sem descambar aqui.

Mas eu quero dizer ao companheiro Marcelo Déda – que ainda não deu posse para a Kátia, a posse será amanhã – que há uma razão pela qual, ou melhor, há mais de uma razão pela qual nós tratamos os prefeitos com uma certa diferença.

A primeira razão, Marcelo Déda, está aqui na mesa. Se você analisar os meus ministros, com exceção da Matilde, todos já foram prefeitos ou secretários de prefeituras ou governadores de estado. Portanto, o nosso compromisso não é um compromisso ocasional, é o compromisso de alguém que acredita que só tem sentido você governar uma cidade, um estado ou um país, se for possível, no final do seu mandato, além de todas as obras que você porventura tenha realizado, você ter criado um novo padrão de relacionamento entre os entes federados do nosso país e, sobretudo, entre o estado e a sociedade.

A segunda coisa pela qual nós tratamos os prefeitos bem, é porque o Hilton Acioly, há muito tempo atrás, aquele mesmo que fez “Disparada”, aquele mesmo que fez aquela música “Sem Medo de Ser Feliz”, fez uma música para



uma campanha que eu não sei qual foi, que dizia mais ou menos assim: esqueci a música, eu ia acertar mas esqueci. Dizia mais ou menos assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, é na sua cidade que se começa a ser feliz.”

Essa letra dá uma demonstração do significado, da importância das cidades brasileiras. E eu tenho dois privilégios: o primeiro, de ter sido deputado constituinte e termos tido, na Constituição, possivelmente, a maior participação que os municípios já tiveram em todo o bolo que se arrecada neste país. Possivelmente, o melhor momento dos prefeitos, neste país, foi dos eleitos em 1988. E agora, como presidente da República. Eu me lembro que quando me convidaram para ir, em março – eu tinha dois meses de mandato – na Marcha dos Prefeitos, eu ouvi: “os prefeitos estão bravos, estão nervosos, eles têm lembrança de que apanharam aqui, de que ninguém atende, que tem muita gente do PFL, muita gente do PMDB, tem pouquinha gente do PT, você toma cuidado!” Eu não só fui como levei todos os ministros que eu pude levar.

E quando cheguei lá, eu me lembro de uma coisa que eu disse aos prefeitos: eu só quero que vocês me olhem como o povo da sua cidade olhou para vocês nos primeiros meses de governo, o povo de cada vila, o povo de cada rua, porque não pensem que eu posso fazer por vocês mais do que vocês puderam fazer para os eleitores que os elegeram. E isso me parece que tocou na alma de cada prefeito. Eu sei que eu saí de lá satisfeito, realizado, porque tinha feito uma reunião altamente civilizada.

E a outra vez foi este ano, quando eu fiz questão de ir, já com um ano de governo, num ano eleitoral, portanto, mais complicado. Em ano eleitoral a gente nunca sabe o que pode acontecer quando se junta muita gente. E eu fui lá para ouvir gostosamente, para ouvir do nosso prefeito de Cambé, para ouvir do Paulo, para ouvir do Marcelo Déda e para ouvir de outros o que eu ouvi hoje do Embassaí, o que ouvi do Tenegushi, o que ouvi do César Maia e o que ouvi de outros prefeitos. Há muitos e muitos anos que os prefeitos brasileiros não



eram tratados com o respeito e com a decência que estão sendo tratados agora. E há muitos e muitos anos, as prefeituras não tinham o retorno financeiro que têm agora.

Obviamente que nós estamos construindo, e eu quero dizer para você, meu caro Paulo: eu nunca paro de reivindicar. Nunca paro de reivindicar até porque a reivindicação é própria da natureza humana. Se um jogador de futebol marca um gol, as pessoas querem que ele marque dois; se você der 100% de reajuste, um mês depois a pessoa quer mais 100%. Ou seja, nós estamos predestinados a não nos conformarmos com o que nós temos. O que nós não podemos é perder o limite do bom senso naquilo que a gente chama “o limite do possível”, do que você pode fazer em determinado momento. Eu vou dar o exemplo de uma coisa que poderia ter sido feita por outros, afinal de contas, passou tanta gente antes de mim. Poderia ter sido feita a lei complementar do ISS, que estava há treze anos no Congresso Nacional esperando a votação. Nós mandamos fazer isso ano passado e foi feito, numa demonstração de que nós não temos nenhuma preocupação em passar o dinheiro diretamente para as prefeituras, como fizemos com o dinheiro do Fundef, porque o que nós queremos, na verdade, é quando passarmos o dinheiro, fazer esse dinheiro chegar o mais rápido possível para que o povo não fique esperando a vontade política dessa ou daquela pessoa que, muitas vezes, segura o dinheiro, como disse o Paulo aqui, e não o repassa imediatamente para os prefeitos.

Mas não é apenas isso. Isso é apenas uma obrigação nossa. Eu penso que tem muito mais coisas que nós poderemos construir. O Marcelo Déda foi injusto quando, aqui, só falou do comitê: “pela primeira vez o comitê que trata da questão entre a União e os prefeitos...” mas não falou que a Caixa Econômica Federal criou uma sala específica para atender os prefeitos do nosso país que, quando chegarem à Caixa Econômica, vão ter uma sala e um departamento só para atendê-los.



Porque não tem nada mais triste do que prefeito de cidade pequena – os das capitais não, porque os das capitais têm importância no Congresso Nacional, na Câmara, com o senador – mas o cidadão que sai de uma cidadezinha de 5 mil habitantes, 8 mil habitantes, lá do interior de Pernambuco ou Sergipe, o coitado fica perambulando em Brasília, às vezes horas e dias, e ninguém o atende.

Agora, no nosso governo, ele tem um comitê que vai atendê-lo e ele vai ter na Caixa Econômica Federal uma sala onde pode chegar e dizer: “eu sou prefeito e quero ser atendido”. Isso não é favor, isso é respeito, isso é o que nós queremos receber daqueles que lidam conosco politicamente.

Mas o mais importante ainda é o que eu ouvi, aqui, de várias pessoas que falaram antes de mim. Coisas que me deixam satisfeito de saber que nós já conseguimos fazer, nesse pouco tempo, aquilo que vocês reivindicavam há anos e que já poderia ter sido feito. E nós estamos fazendo.

Porque no meu governo, quando cai uma coisa da prefeitura, se bate na mão do Olívio Dutra ele não reage enquanto ministro, mas enquanto prefeito de Porto Alegre. Se cai na mão do Tarso Genro, ele reage enquanto prefeito; se cai na mão do Ciro Gomes, ele reage enquanto prefeito de Fortaleza; se cai na mão do Patrus ele reage enquanto prefeito; se cai na mão do Dulci ele reage enquanto prefeito. Há, portanto, uma afinidade de propósito que eu espero que a gente consiga nestes dois anos e meio que faltam, e muito mais. Eu espero, Paulo, que a cada reunião que a gente faça com os prefeitos, você tenha um reconhecimento do ponto que este unido governo está fazendo para as prefeituras do nosso querido Brasil. Das pequenas, das grandes e das médias cidades.

E sobretudo das grandes, com as quais nós temos que ter um carinho excepcional. Possivelmente não seja o problema de Goiânia, que é uma cidade bonita, florida, uma cidade que não tem ainda os problemas sociais que já tem em algumas capitais.



Mas eu dizia para os prefeitos das capitais, hoje, que a minha preocupação é com as prefeituras chamadas as grandes megalópoles deste país. As grandes capitais brasileiras onde existe uma concentração enorme de problemas e, sobretudo, problemas que envolvem a juventude brasileira, problemas que são olhados a grosso modo, mas que são possíveis de serem superados num curto espaço de tempo.

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, e Curitiba, que têm menos problemas. Cidades como Recife, Fortaleza, Belém ou como Porto Alegre, são cidades que cresceram desproporcionalmente. A própria capacidade de elaboração de infra-estrutura dos governantes e os problemas se acumularam e chegaram a um tamanho tal que nós vamos ter que parar e pensar no que vamos fazer, levando em conta, sobretudo, o desespero e a desesperança na cabeça de milhões e milhões de adolescentes que estão sem ter muito com o que sonhar.

Eu não sei se vocês perceberam, quando aparece na televisão uma cena de um seqüestro, de um crime, de uma chacina, não aparecem pessoas de 40 anos envolvidas. São todos jovens de 20 anos, 18 anos, 17 anos. Quando tem um de 25 anos, já é o mais velho da turma.

Isso nos chama a contar até 10, quem sabe recontar, para que a gente defina claramente o que a gente vai fazer. Daí a minha preocupação com a educação, a minha preocupação com a saúde, a minha preocupação com a geração de empregos para essa juventude.

Emprego que muitos acham que é só investir em saneamento básico e estará resolvido. Lembrando que esta juventude na cidade não quer trabalhar de pedreiro, nem de ajudante de pedreiro. Essas pessoas querem aprender uma profissão, querem ter acesso à informática, querem trabalhar em outra coisa e, sobretudo, essas pessoas precisam ser motivadas por nós, a ter o sonho, a ter a esperança de chegar a uma universidade e poder se formar, como é o sonho de todos os jovens neste país.



E isso vai precisar do trabalho conjunto de todos nós. Não existe solução separada, não existe solução do governo federal, nós vamos ter que fazer parceria, ter cumplicidade, o nome que a gente quiser dar para que a gente possa extrair de cada um de nós, de cada ente federativo, aquilo que possamos dar para começar a construir uma nova perspectiva para essa juventude.

Nós tomamos a iniciativa de fazer mudanças na Lei do Primeiro Emprego, porque no ano passado o Senado aprovou a Lei do Primeiro Emprego, mas nós tínhamos colocado travas que criaram obstáculos para que os empresários pudessem contratar a mão-de-obra. A gente proibia, inclusive, contratar quem tivesse o ensino médio completo. Nós estamos mudando para permitir que as pessoas com ensino médio completo possam ser contratadas. Estamos também desburocratizando um pouco a lei que nós mandamos anteriormente, na expectativa de que isso possa gerar parte dos empregos que nós precisamos gerar.

Uma outra coisa é que nós tomamos a iniciativa, em agosto, de que as Forças Armadas Brasileiras vão convocar 30 mil jovens a mais do que os recrutas necessários, para que a gente possa não apenas fazê-los servir às Forças Armadas mas, também, aprender uma profissão para que eles possam sair de lá melhor preparados para o mercado de trabalho. E esses jovens serão chamados, de preferência, nas grandes regiões metropolitanas, para que a gente tire esse jovem que está no fio da navalha, entre a cidadania e a criminalidade, entre a cidadania e o narcotráfico. Nós temos essa preocupação e pretendemos, depois desses 30 mil que vão servir, ver se colocamos mais 30 mil apenas para fazer cursos profissionalizantes.

Estamos discutindo com muita força no governo a necessidade de ter uma política de inclusão digital, para ver se esses jovens conseguem ter acesso a um computador e sair um pouco do desespero no qual se encontram no nosso país. E eu sei que nós só poderemos fazer se acertarmos, entre nós,



que vamos fazer. Toda vez que vocês vierem com um pauta de reivindicação para nós, eu vou achar justa e legítima a pauta de reivindicação. Agora, por exemplo, os prefeitos estão reivindicando que a gente tente trabalhar junto à Petrobrás, para ver se a gente consegue reduzir o preço do óleo diesel, para reduzir a passagem de ônibus para as pessoas. Vocês apresentarão uma pauta de reivindicação para nós, e nós apresentaremos uma pauta de compromissos com vocês. Ou seja, vocês pedem uma coisa e nós falamos: então, vamos fazer uma parceria em tal coisa, para que a gente possa melhorar, para que a gente possa atender o nosso jovem. Salvador, por exemplo, Embassaí, é a cidade que tem mais jovens desempregados no Brasil. É uma situação delicada.

Durante a campanha, eu fui à Universidade Federal da Bahia, e de cada dois jovens que se formam, um está desempregado, não tem possibilidade de arrumar emprego, ou seja, se nós não cuidarmos disso... Mas essa não é uma tarefa do presidente da República. Quem quiser jogar a culpa do emprego e do desemprego no presidente, pode jogar, mas tem que ter consciência. Nós sabemos que é um problema estrutural do modelo que está estabelecido neste país há muitos e muitos anos e que a gente não vai mudar rapidamente. É preciso que a gente tenha certeza de que o caminho que temos a percorrer é árduo, é difícil, não tem solução mágica, não tem varinha de condão, é mais demorado do que aquilo que todos nós queremos. Nós temos que fazer isso de forma sólida, sem mágica, sem milagre, sabendo que, às vezes, um passinho aqui, um passinho ali, é mais sólido do que um grande passo, que dá uma distensão muscular e você não consegue dar o passo seguinte. É assim que eu trabalho.

Eu estou casado há trinta anos com a Dona Marisa Letícia da Silva. Eu nunca fiz uma prestação na minha vida, a não ser a da minha casa, porque eu nunca gostei de pagar prestação e sempre tive medo de ficar desempregado. No governo eu ajo do mesmo jeito, ou seja, não darei nem um passo sem que



eu tenha sustentação de que posso cumprir com aquele passo. Vai ser mais demorado? Vai. Mas quem demorou tanto para chegar à presidência, como eu, porque que tem que ter pressa para fazer as coisas de forma atabalhoada? Eu demorei muito, porque eu tenho que ter pressa em fazer as coisas na correria? Não, tem que ser devagar, tem que ser bem pensado. E nós vamos fazer. Vamos fazer porque eu, de vez em quando, fico ansioso. Eu, de vez em quando, fico com a pressão acima da média nacional, porque eu quero que as coisas aconteçam. Eu sou corinthiano no futebol, eu sempre estou querendo que o Corinthians marque um gol e que ele ganhe, e a pressão sobe. Daqui a pouco o Corinthians perde e eu sou obrigado a controlar.

Na política é assim, às vezes eu tenho pressa, eu cobro. Eu duvido que alguém já cobrou dos ministros como eu cobro todo santo dia e toda santa hora. Por exemplo, nós decidimos, há um tempo atrás, criar uma Agência de Desenvolvimento para o Centro-Oeste. Era uma reivindicação antiga dos governadores, era uma necessidade que nós víamos de criar, porque no ano passado, enquanto nós precisamos pegar 1 bilhão de reais do FAT para injetar no Centro-Oeste, porque em junho já tinha terminado o dinheiro do Fundo Constitucional, o Nordeste, por falta de projeto, ainda não tinha conseguido gastar. Colocamos 1 bilhão a mais e foi embora o dinheiro.

Então, nós queremos para uma região como esta, criar uma Agência de Desenvolvimento porque é uma região que está crescendo, eu diria, de forma extraordinária, e nós não podemos perder essa oportunidade. Deve ter algum empecilho, mas esta semana, governador, eu vou me sentar com o ministro Ciro Gomes, junto com o ministro José Dirceu, e vamos ver o que está pegando, para ver se a gente consegue agilizar isso e mandar para o Congresso Nacional.

Por último, eu quero dizer aos prefeitos que está aqui o ministro Patrus. Nós assumimos um compromisso, no dia da posse, quando eu disse que se chegássemos ao final do meu mandato e cada brasileiro ou brasileira, ou cada



criança estivesse comendo três vezes ao dia, já teria valido a pena. Com isso, nós assumimos o compromisso de garantir que 11 milhões de famílias, um total de 44 milhões de pessoas, tivessem acesso às políticas sociais do governo.

Nós começamos com o programa “Fome Zero”, fomos criticados durante 4 ou 5 meses, uns por não compreenderem e outros por má fé, outros, ainda, porque não sabiam. O dado concreto é que depois de 9 meses, o programa Fome Zero já tinha chegado a 2.300 municípios e já tínhamos atendido quase 2 milhões de pessoas.

Depois nós percebemos que o cadastro dos outros programas que existiam nos governos anteriores era muito falho e resolvemos, então, instituir o Bolsa Família, que significava juntar todos os programas sociais num único programa. Esse foi um trabalho insano, primeiro para que a gente pudesse recadastrar direitinho as pessoas, ver o que tinha de falso nesse problema de cadastro. Começamos em outubro do ano passado e hoje nós já temos praticamente 4 milhões de pessoas que estão no Bolsa Família.

O importante é que essas pessoas recebiam, em média, 22 reais, e agora estão recebendo, em média, 73 reais. São três vezes mais. Nós começamos pelas cidades pequenas e agora vamos chegar às capitais. Vamos dar um passo importante nas capitais para ver se a gente consegue diminuir o nível de desespero que está colocado nas regiões metropolitanas do nosso país.

Esse é um dado importante e eu estou convencido e posso assegurar para vocês, que chegaremos a atender, em dezembro, 6,5 milhões de famílias. E posso assegurar para vocês que chegaremos, em novembro de 2006, atendendo a 11 milhões de famílias, como nos propusemos atender durante a campanha eleitoral e muito antes da campanha, com o programa Fome Zero que foi construído no Instituto Cidadania.

Ao mesmo tempo, nós achamos que isso é pouco, nós não achamos que isso deva ser feito apenas pelo governo federal. Os prefeitos das capitais,



num primeiro momento, participaram ativamente. O ideal é que a gente consiga fazer parcerias com prefeituras, com o governo do estado e com os prefeitos de capitais e cidades menores, para que a gente possa dar mais que 75, mais que 90 reais.

No Rio de Janeiro, o governo do estado vai dar 15, a prefeitura vai dar 10 e nós vamos dar 75, já aumenta um pouco. Aqui no estado de Goiás, talvez seja o primeiro estado onde a gente vai ter uma carteirinha. Só que não é a carteirinha do Marconi ou a carteirinha do Lula. Não! É a carteirinha do Bolsa Família, que vai ter a bandeira do estado de Goiás e a bandeira do Brasil, porque é uma política combinada. Eu acho que vai entrar Goiânia também, para não ficar fora de uma coisa importante. Então, eu acho que isso nós vamos consolidando.

Uma outra coisa importante, é que o ministro Tarso Genro está com a determinação – minha, dele e, eu diria, da sociedade brasileira – de que a educação não pode continuar como está. Nós precisamos fazer uma pequena revolução na educação. A educadora aqui sabe perfeitamente bem que as crianças, hoje, estão na quarta série e não sabem ler; muitas vezes, não sabem uma das quatro operações. Isso porque não existe um processo de avaliação correto.

E nós, então, queremos, a partir deste ano, fazer provas nas 240 mil escolas deste país. Por mim, faríamos a cada seis meses, mas não dá porque não tem dinheiro, e é preciso aí um jogo combinado com os prefeitos e com os governadores, para que a gente possa utilizar a estrutura municipal, a estrutura estadual, e o que o governo federal puder dar, para que possamos fazer, no 4º ano, e na 8ª série, um teste para saber como é que as crianças estão. Nós vamos descobrir, quem sabe, que além das crianças precisarem aprender um pouco mais, nós precisamos de um processo muito grande de reciclagem para os nossos educadores, pelo qual estão precisando passar há muito tempo. Quem sabe seja até um processo a distância, feito pela televisão. Depois da



Internet, nós não temos como dizer que não pode ser feita. Pode ser feita e nós vamos fazer.

Uma outra coisa importante – o ministro da Saúde não está aqui –, ou melhor, três coisas importantes na área da saúde que nós vamos fazer: primeiro, a questão da saúde bucal. Vocês sabem que, no Brasil, quem é médico aqui sabe, quem é dentista sabe e quem é especialista em política sabe, que odontologia, que boca, que dente, nunca foi um assunto tratado como questão de saúde pública no Brasil. Ou seja, uma pessoa trata de uma unha encravada no pé, trata de um calo por conta dos convênios de assistência médica, mas pode ter um dente estourado, porque os convênios não aceitam tratamento dentário nos convênios assinados pela maioria do povo deste país. Por quê? Porque dor de dente é coisa de pobre. Rico se trata desde que nasce. O problema é pobre, que bebe água sem tratar, que não tem cloro, que não tem uma série de coisas. Então, uma criança com sete anos, com oito anos, com nove, com dez anos, nem saiu o dente direito, já está com o dente cariado por antecipação, já vem cariado lá de baixo.

Então, nós resolvemos colocar a questão da saúde bucal como uma das nossas prioridades. Eu sou nordestino e não me conformo de ver uma menina ou um menino de 14, 15, 16 ou 17 anos, não conseguir falar com você, porque tem vergonha de mostrar a boca totalmente desdentada. Eu tive o prazer de participar da inauguração do primeiro centro na cidade do Ciro Gomes, numa demonstração da influência que ele tem no governo, pois foi na cidade dele que foi inaugurado o primeiro centro de saúde bucal do Brasil, ou seja, feito pelo governo federal. É um centro que tem todas as especialidades. Kátia, você que é dentista, até aqueles negócios para corrigir dente, que só rico tem no Brasil, aquilo também vai ter. Vai ter tratamento de canal, vai ter prótese.

E o mais importante é que as pessoas irão marcar por telefone. Não precisa pegar um ônibus e amanhecer ou passar a noite lá. Nós vamos criar 400 centros para atender uma população de 500 mil habitantes. Então, cada



centro vai cuidar de 500 mil habitantes. E eu penso que nós vamos chegar a 2006, no Brasil inteiro, com o programa chamado “Brasil Sorridente”, e as pessoas não vão precisar ganhar dentadura que, às vezes, não cabem na boca, de político em época de eleição. As pessoas vão ser respeitadas e vão ter um tratamento de prótese decente, digno, para que possam, realmente, se sentir cidadãos no seu próprio país. Este é um programa importante.

Outro programa importante é a Farmácia Popular. Nós vamos criar uns cem números de farmácias populares. Já tem algumas prontas em algumas capitais. Uma das capitais onde está pronta, é a capital do PFL, lá em Salvador, que tem quatro farmácias populares. Mas tem em São Paulo, tem no Rio de Janeiro, acho que vai ter em Recife, acho que vai ter em Fortaleza, vai ter aqui, em Goiânia. Ainda não temos na quantidade que nós queremos, mas nós queremos fazer a farmácia popular para vender remédios. São 92 tipos de remédios, de preferência aqueles de uso contínuo, a preço, quem sabe, menor de 50% do valor normal, para que as pessoas pobres – que não ganham remédio quando vão nos hospitais públicos, porque nem sempre tem o remédio – possam comprar.

O nosso desejo é fazer parceria com a rede de farmácias do Brasil e eles possam vender esse remédio de uso contínuo mais barato para a população. No começo de junho já vai ter uma série de cidades fazendo a inauguração.

E a outra é a nossa política emergencial, o famoso SAMU, onde nós já compramos 1.480 ambulâncias. Essas ambulâncias são de primeira categoria. Tem ambulância que é quase uma UTI ambulante, e nós vamos também criar atendimentos regionais, você já sabem do programa, porque o Humberto Costa já falou. Ou seja, basta discar 192 e nós vamos ter, em alguma região do país, uma central que vai atender, que vai mandar a ambulância. Nós temos convênios com as Forças Armadas e com a Polícia Rodoviária para utilizar o helicóptero, quando for necessário. Este é apenas um exemplo para vocês



saberem como isso funciona bem. Já tem em Recife. O prefeito de São Paulo está feliz da vida por conta disso. Já tem em mais algumas cidades. Aracaju também já tem quatro.

Agora, o importante é a experiência que nós tivemos em São Paulo. O resgate, que demorava 40 minutos, depois da implantação do SAMU, caiu para a média de 12 minutos, ou seja, imaginem quantas vidas a gente poderá salvar. Esses três programas na área da saúde são, para nós, de fundamental importância.

Por último, nós vamos, agora, a partir do dia 20, começar a assinar – está aqui o presidente da Caixa, e eu vi uma notícia na televisão, hoje, que tem pouco dinheiro para fazer casa – mas não é a informação que eu tenho da Caixa Econômica Federal, que diz nunca ter tido tanto dinheiro para fazer casa, para financiar, como tem agora. O que precisa é que as pessoas contratem o dinheiro que a Caixa tem. Mas nós vamos agora, até o final de maio, fazer o contrato de 2 bilhões e 900 milhões para saneamento básico.

Eu faço questão de dizer isso, porque, durante a minha vida inteira eu disse que, muitas vezes, o administrador público não gosta de fazer saneamento básico, porque tem que enterrar as manilhas e não dá para colocar nome de ninguém numa manilha embaixo da terra. Então, muitas vezes as pessoas preferem construir obras que tenham bons visuais e, obviamente, nós queremos construir as duas. Mas nós sabemos que saneamento básico significa melhorar a qualidade de vida das pessoas, significa evitar a mortalidade infantil, significa dar cidadania para as pessoas. E o que nós vamos fazer de contrato agora, com prefeitos, governadores e empresas de saneamento básico, esses 2 bilhões e 900 mil reais, significam mais do que tudo o que foi feito de 1995 a 2002. Se nós somarmos 1 bilhão e 700 mil reais que nós contratamos em dezembro, nós vamos chegar, em menos de um ano e meio, a 4 bilhões e 600 milhões de reais em saneamento básico no nosso país. Quem é prefeito e está no segundo mandato, quem é governador, sabe o



que isso significa.

Qual é o problema que nós temos? E nós vamos ter, agora, Jorge Mattoso, que fazer uma parceria para fiscalizar melhor. Qual é o problema? É que, muitas vezes, a cidade, o estado, contrata a obra e depois essa obra não é executada por algum problema, sei lá, de licenciamento prévio do Ibama, do Ministério Público municipal, estadual, do Ibama estadual, e muitas vezes esse dinheiro está contratado, mas está paralisado, enquanto outra cidade está querendo, e uma cidade com problema. Eu acho, companheiro Jorge, que era preciso acertar o dia do lançamento e, quem sabe, a gente dar um prazo. Se até tanto tempo aquele dinheiro não for utilizado, a gente poderá passar aquele dinheiro para uma outra cidade, para que o povo possa receber esse benefício do Estado brasileiro porque, afinal de contas, é dinheiro emprestado, não é dinheiro de graça. E essa é uma coisa importante

Nós também estamos muito otimistas em relação à questão habitacional. O PAR, me parece, vai ter 1 bilhão de reais para investir em casas... Mas eu estou preocupado com o PSH, em criar condições de arrumar mais dinheiro para o PSH. Hoje, o ministro Olívio Dutra tem 350 milhões no orçamento, nós sabemos que é pouco, nós precisamos batalhar, lutar para ver se a gente consegue arrumar um pouco mais, porque o PSH é o sistema que mais favorece as pessoas carentes do nosso país.

Eu quero dizer para vocês que eu disse essas coisas porque muitas vezes vocês trabalham com muita desinformação e a desinformação, às vezes, atrapalha, não ajuda. Esses dias eu conversei com o ministro Gilberto Gil e ele me disse uma coisa fantástica, ou seja, eu chamei o Gilberto Gil para discutir sobre a questão da cultura e ele me levou os números, ou seja, a média de investimentos em cultura, entre dinheiro próprio do governo e a captação pela Lei Rouanet, era de 280 milhões por ano. No primeiro ano de governo nosso, foram captados e gastos 780 milhões, ou seja, três vezes mais do que a média dos últimos dez anos.



Eu estava dizendo para os prefeitos das capitais, hoje, que na questão do emprego, que é o nosso problema principal – que é um problema meu, que é um problema de vocês, que é um problema do desempregado – nós temos um problema sério e que não tem pesquisa feita com profundidade a respeito.

Ou seja, nós temos uma espécie de êxodo contrário, nós temos empregos sendo gerados nas cidades do interior e temos mais desempregos nas regiões metropolitanas. Eu vou dar um número para vocês. Entre janeiro e março deste ano, a relação do Caged, que é a relação de demitidos e admitidos feita pelas empresas e mandada mensalmente ao Ministério do Trabalho, nos deu um saldo positivo de 347 mil novos empregos criados com carteira profissional assinada. Obviamente que é muito pouco.

Agora, prestem atenção: 2/3 desses empregos foram criados no interior. É muito importante e mais importante, ainda, é que é o maior saldo positivo de geração de empregos desde 1992. Quando eu digo para vocês que eu estou otimista, é porque acredito que a economia brasileira entrou no caminho certo. Eu acho que nós estamos efetivamente garantidos de que a nossa economia vai crescer, não vai crescer o quanto eu gostaria ou que vocês gostariam, mas vai crescer o possível. Nós vamos tentar ver se no ano que vem cresce mais, se no outro ano cresce ainda mais, para que a gente chegue a um padrão que possa garantir às pessoas o surgimento de mais empregos e mais salários.

O outro dado auspicioso, companheiro governador Marconi Perillo, que eu recebi hoje de manhã, do ministro Furlan, é que de maio do ano passado até maio deste ano, contabilizados 12 meses, nós chegamos a 80 bilhões de dólares de exportação, é um recorde histórico das exportações brasileiras e eu espero que a gente continue crescendo, porque este ano eu acho que nós bateremos um novo recorde.

Obviamente que nós queremos exportar mais, mas queremos fazer crescer o mercado interno brasileiro, crescer o consumo, e as duas coisas não são incompatíveis. O dado concreto é que mais exportação significa mais dólar,



significa mais reserva, significa menos vulnerabilidade e significa que a indústria brasileira é um agronegócio. Vamos, sobretudo, continuar crescendo.

Eu só me darei por satisfeito, no dia em que a gente, além da soja, além do minério de ferro, além das coisas *in natura*, além do sapato e da roupa que estamos exportando, a gente possa exportar conhecimento, porque investimos em ciência e tecnologia. Aí sim o país vai se transformar num país de primeiro mundo.

Muito obrigado, boa sorte aos prefeitos e que vocês consigam, neste encontro, tirar todas as decisões que vocês esperam tirar e que possam, democraticamente, cobrar do governo federal.

/rss/cms